

ESTRESSE HÍDRICO NA BACIA DO PARAÍBA DO SUL PREOCUPA COMITÊ



Foto aérea mostra Sistema Cantareira (SP) em níveis críticos de reserva d'água

Leia mais na página 2. [Clique aqui.](#)

**Enquadramento
de recursos
hídricos**

Leia mais (p. 3) [Clique aqui.](#)

**Plano de Aplicação
Plurianual é
aprovado**

Leia mais (p. 4) [Clique aqui.](#)

**Plano de
Contingência
em debate**

Leia mais (p. 5) [Clique aqui.](#)



Sistema Cantareira, que sofre com a falta d'água, está operando com o volume morto

ESCASSEZ DE ÁGUA É TEMA DE DEBATE NO COMITÊ GUANDU

O estresse hídrico na Bacia do Rio Paraíba do Sul tem sido motivo de preocupação nas deliberações do Comitê Guandu. Em julho, reuniões da Câmara Técnica de Estudos e Projetos (CTEP) e da Câmara Técnica de Instrumentos de Gestão (CTIG) abordaram o tema, essencial para a Região Hidrográfica Guandu (RH II) e Região Metropolitana do Rio de Janeiro por se tratar da única reserva estratégica de abastecimento de água para 75% da população desta região.

Seguindo uma orientação do Operador Nacional do Sistema (ONS), no dia 30 de junho a vazão mínima afluente à barragem de Santa Cecília, no Rio Paraíba do Sul, passou de 190m³/s para 180m³/s. No entanto, a situação atual demanda uma série de outras medidas que exigem uma análise criteriosa, sobretudo tendo em vista a possibilidade de transposição do Paraíba do Sul proposta pelo Estado de São Paulo. Nesse cenário, o estado vizinho retiraria 5m³/s do rio, aumentando o déficit de vazão do trecho Barra do Pirai – Três Rios de 8m³/s para 13m³/s.

“A escassez hídrica no Paraíba do Sul é um tema prioritário para o Comitê Guandu. Estamos participando do Grupo de Trabalho Permanente de Acompanhamento da Operação Hidráulica na Bacia do Rio Paraíba do Sul para atuação conjunta com o Comitê Guandu, discutindo como essa situação de estresse hídrico tem causado prejuízo aos usuários”, salientou Júlio Cesar, secretário executivo do Comitê.

Algumas iniciativas, como o tratamento do esgoto até o ponto do reuso da água, já são contempladas pelos projetos atuais do Comitê Guandu. Mas, como destacou o representante do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio de Janeiro, Adacto Benedicto, na última reunião do CTEP, todos os lados da questão devem ser considerados. “A Bacia do Cantareira tem 80% da área de entorno desmatada. Esse é um dos impactos ambientais responsáveis pela falta de água no sistema. Chove, mas, por falta de vegetação, o solo não retém tanto quanto deveria. Antes de discutir uma possível transposição é necessário que São Paulo faça a sua parte recuperando a mata da região”, ponderou.

Em reunião realizada no dia 1º de julho no Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Rio de Janeiro (CERHI-RJ), Moema Versiani (GEIRH/INEA) e Edson Falcão (COPPES/INEA) fizeram uma apresentação sobre o tema e ressaltaram a necessidade de aperfeiçoar as regras atuais de monitoramento das vazões do Paraíba do Sul. “O ideal seria estipular vazões intermediárias, com valores mensais”, argumentou Falcão.

Em maio, o Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (CEIVAP) divulgou manifesto propondo uma ação integrada dos governos estaduais e federal para viabilizar um Programa de Investimentos pela recuperação dos rios Guandu e Paraíba do Sul, enfatizando algumas medidas: encerramento dos lixões, redução de perdas no sistema, aumento do alcance da coleta e tratamento de esgoto a 80%, proteção e recuperação de mananciais, incentivo ao uso racional da água e construção de um Pacto da Bacia com estabelecimento de pontos de monitoramento. Para atendimento dessas medidas o Comitê Guandu vem executando ações previstas em seu Plano Estratégico de Recursos Hídricos (PERH-Guandu).

PROPOSTA DE ENQUADRAMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS É APROVADA PELO COMITÊ GUANDU



Decio Tubbs durante apresentação que aprovou o documento

Em Plenária realizada no dia 29 de abril, o Comitê Guandu aprovou o enquadramento de 24 trechos de rios inseridos na Bacia Hidrográfica do Guandu. A resolução foi enviada para análise e aprovação do Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Rio de Janeiro (CERHI-RJ).

Previsto no Plano Estadual de Recursos Hídricos do Rio de Janeiro (PERHI-RJ), o enquadramento consiste em estabelecer metas de qualidade para os corpos d'água estaduais. Dessa maneira, é possível garantir que os trechos atendidos tenham uma qualidade de água compatível com os seus respectivos usos. A medida também auxilia a diminuir os custos no combate à poluição, pois implementa ações de prevenção permanente.

Além disso, o projeto de enquadramento terá impacto em outras políticas que se relacionam com a qualidade da água nas bacias hidrográficas. “A aprovação desta resolução envolve o planejamento de uso do solo, saneamento e o licenciamento ambiental por parte dos municípios”, salienta Decio Tubbs, diretor geral do Comitê Guandu.

Para definir essas metas de qualidade foi levada em conta a concentração de determinados parâmetros técnicos ao longo dos trechos analisados. Nessa primeira fase, o Comitê Guandu elaborou uma proposta de enquadramento, que foi encaminhada para a avaliação do Instituto Estadual do Ambiente (INEA). O INEA, então, enviou à sede do Comitê o técnico Leonardo Fernandez, responsável por apresentar o parecer do órgão estadual aos membros da Câmara Técnica de Instrumentos de Gestão (CTIG). O parecer foi ratificado em Resolução do Comitê Guandu e encaminhado para aprovação do CERHI-RJ.



Rio Guandu no município de Seropédica

PLANO DE APLICAÇÃO PLURIANUAL É APROVADO

Considerado um instrumento básico de orientação dos estudos, projetos e ações a serem executados com recursos da cobrança pelo uso da água em toda a Bacia Hidrográfica, o Plano de Aplicação Plurianual (PAP) foi aprovado em reunião extraordinária realizada, em abril, pelo Comitê das Bacias Hidrográficas dos Rios Guandu, da Guarda e Guandu-Mirim (Comitê Guandu).

O PAP Guandu tem como meta o planejamento de curto a médio prazos para alocação de recursos oriundos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos que propicie investimentos em ações estruturantes e estruturais com vistas à otimização da aplicação dos recursos, no aperfeiçoamento da gestão e na melhoria da qualidade e disponibilidade de água nas bacias.

Os recursos devem apoiar, preferencialmente, a elaboração de estudos, pesquisas, planos e projetos, bem como intervenções para preservação, conservação e recuperação de mananciais, além de ações de comunicação social, educação ambiental, mobilização e capacitação técnica com foco em recursos hídricos.

De acordo com Decio Tubbs, diretor geral do Comitê Guandu, a Bacia Hidrográfica do Rio Guandu sofre há décadas com o crescimento desordenado e a falta de saneamento básico. Para ele, o PAP é imprescindível. “O plano atua como orientação para a aplicação dos recursos arrecadados na Bacia. Através do PAP vamos racionalizar e aplicar de forma eficiente os recursos disponíveis pelo Plano Estratégico de Recursos Hídricos do Rio Guandu (PERH Guandu)”, pontuou Decio.

Ao todo, 15 dos 65 programas do PERH Guandu foram priorizados. Algumas dessas ações são o desenvolvimento de educação ambiental em escolas, associações civis e usuários da água; hidrogeologia dos aquíferos; recuperação de mata ciliares e outras áreas de preservação ambiental; estudos e levantamentos para projetos básicos e editais de licitação nos núcleos urbanos da bacia; proteção e melhoria das captações de fontes e minas d’água e plano de manejo de reservatório e bacias d’água.



Recuperação de mata ciliar

PLANO DE CONTINGÊNCIA PARA ABASTECIMENTO DE ÁGUA

O Comitê Guandu idealizou em 2006 e aperfeiçoou em 2012 o Plano de Contingência para Abastecimento de Água (PCA), ferramenta que visa o mapeamento e gerenciamento dos riscos ambientais naturais ou de origem antrópica na área da bacia e região circunvizinha que possam ocasionar um comprometimento no abastecimento de água.

Para debater a questão, foi realizado em junho um encontro com membros do Comitê Guandu, do Instituto Estadual do Ambiente (INEA) e representantes da DRZ - Geotecnologia & Consultoria, empresa responsável por elaborar o Plano, em conformidade com o contrato nº 003/2013, firmado com a Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia do Rio Paraíba do Sul (AGEVAP).

Na ocasião, representantes da DRZ apresentaram o Produto 3.2 do Plano de Contingência, que objetiva analisar os riscos e construir acordos e cooperações com diversos agentes públicos e órgãos privados, consolidando os dados e informações relacionados ao risco ambiental e ao abastecimento de água, de acordo com o plano de trabalho e o levantamento de dados feitos nos produtos anteriores.

Durante o encontro, o coordenador técnico do projeto, André Luiz Bonacin, enfatizou a necessidade em alinhar o Plano de Contingência com o Plano Nacional de Prevenção, Preparação e Resposta Rápida a Emergências Ambientais com Produtos Químicos Perigosos (P2R2), criado pelo Decreto Federal nº 5.098/2004, com o intuito de prevenir a ocorrência de acidentes com produtos químicos perigosos e aprimorar o sistema de preparação e resposta a emergências químicas no Brasil.

O secretário executivo do Comitê Guandu, Júlio Cesar Antunes, ressaltou a importância da construção de um Diagrama Unifilar, com o objetivo de identificar os principais trajetos de cargas perigosas, além de destacar a eficiência das Oficinas Técnicas Participativas, onde o Plano foi discutido entre representantes dos municípios-chave e instituições públicas e privadas.

SAIBA MAIS SOBRE O PLANO

O PCA referente às Bacias Hidrográficas dos Rios Guandu, da Guarda e Guandu-Mirim e áreas circunvizinhas, contemplará o mapeamento e o gerenciamento dos riscos ambientais naturais e antrópicos, que possam ocasionar um comprometimento no abastecimento de água.

Este Plano será focado na área de contribuição hidrográfica sobre o sistema de captação e Estação de Tratamento de Água (ETA) do rio Guandu, uma vez que este sistema é responsável boa parte pelo abastecimento da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, o que o reveste de caráter estratégico. Além disso, essa ação promoverá uma articulação maior entre os diversos agentes para atuarem de forma integrada em momentos de crise e de acidentes que possam comprometer as águas das áreas estudadas.

A próxima etapa é a elaboração do Relatório Preliminar de Emergência, focado nas estratégias e ações de prevenção e resposta com os atores envolvidos nas atividades emergenciais.

Expediente

O Boletim Digital do Guandu é uma publicação do Comitê das Bacias Hidrográficas dos Rios Guandu, da Guarda e Guandu-Mirim - CBH Guandu BR 465, km 7, Campus da UFRJ - Prefeitura Universitária - Seropédica (RJ) CEP: 23897-000 - Tel: (21) 3787-3729 - www.comiteguandu.org.br / guandu@agevap.org.br



Diretor Geral: Decio Tubbs
 Secretário Executivo: Júlio Cesar Antunes
 Acompanhamento e Revisão: Aline Alvarenga e Fátima Rocha
 Coordenação Técnica: Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul - AGEVAP - Tel: (24) 3355-8389
www.agevap.org.br - agevap@agevap.org.br
 Fotos: Arquivo CBH Guandu

Jornalista responsável: Leonardo Poyart (MTb 24.393)
 Projeto Gráfico, Produção Editorial/Gráfica, Fotos, Reportagens, Redação e Revisão: Assessoria de Comunicação do CBH Guandu Montenegro Grupo de Comunicação - Tel: (21) 2215-9463
www.montenegrocc.com.br - redacao@montenegrocc.com.br
comunicacao.guandu@agevap.org.br